

Conferência Internacional

Engaging Local Communities in Nature Conservation Developing a toolbox

(10 a 13 de Outubro de 2012, L'Aquila, Itália)

PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ, A NATUREZA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Por Carlos Schwarz, Agrónomo

1. O Parque Nacional de Cantanhez

A Mata de Cantanhez constitui a última mancha de floresta sub-húmida mais setentrional da África Ocidental, albergando uma grande diversidade de fauna e flora, com relevo para algumas espécies consideradas raras ou endémicas.

Representa pouco mais de 100.000 hectares e é classificada pelo WCMC (Centro Mundial de Seguimento da Conservação) como um dos 9 sítios importantes do ponto de vista da biodiversidade. Cantanhez é igualmente uma das 200 eco-regiões mais importantes do mundo identificadas pelo WWF (Fundo Mundial para a Natureza).

Embora o Parque Nacional de Cantanhez só tenha sido criado oficialmente em 2011, desde há cerca de 35 anos que uma dinâmica de desenvolvimento com uma engajada participação das comunidades locais de cerca de 25.000 habitantes, vem sendo concretizada.

Começa aqui a primeira grande inovação: é que contrariamente a outros Parque existentes, não foi preciso a sua criação oficial para se iniciar o processo de gestão e desenvolvimento das comunidades. Pelo contrário, quando o Parque foi oficializado, já existia um longo processo em que o desenvolvimento e a natureza se foram aproximando e se conseguiu demonstrar que tanto um como o outro só podem ser valorizados se se potenciarem mutuamente e não se acantonarem em campos opostos, passando a ser constante foco de opções antagónicas.

Por outras palavras, o surgimento do Parque de Cantanhez não se fez por decreto (sendo este um mero expediente legal), mas foi-se construindo a pouco e pouco, procurando os seus próprios caminhos, soluções e desafios,

resolvendo as suas dúvidas e contradições, e aprendendo a andar à procura das suas próprias utopias.

2. Um Parque com pessoas dentro

Pela forma como surgiu e pela opção estratégica de fazer assegurar a proteção da natureza pelas próprias populações que as habitam, procurou-se reforçar o sentimento de pertença do território, das opções de desenvolvimento, da identificação das prioridades e programas a incrementar da execução das ações decididas.

Daí que o conceito de uso e exploração dos recursos da Natureza não é alterado radicalmente à partida, mas sim modificado pontualmente à medida da evolução dos acontecimentos e em função das novas experiências e conhecimentos que são aplicados.

O “novo” regulamento do Parque, baseado naquele que existe ancestralmente, não é alterado e determinado no início, apenas se procurando debater e definir os princípios gerais que vão sendo complementados à medida que forem aparecendo os casos de má (ou boa) gestão e forem objeto de uma reflexão e decisão por parte de todos os intervenientes (comunidades, notáveis, autoridades tradicionais e políticas, Estado, ONG, etc.). A lei não é definida à partida (apenas o seu quadro geral), aparecendo ela não como uma imposição, mas como uma solução consensual em que todos participaram e que todos aceitam.

Quando os “estrangeiros”, isto é aqueles que vêm de fora da região, procuram impor leis, regulamentos, ideias, prioridades e programas, a comunidade local resiste sempre que se sente ultrapassada e “usada” para fins que não compreende e que colidam frontalmente com as suas convicções e sistemas tradicionais de gestão.

A experiência aconselha-nos a apostar em 2 aspetos essenciais, quando intervimos num Parque com gente lá dentro:

- a) É importante que os **resultados práticos** das inovações sejam sentidos, visualizados e tenham um impacto na forma de viver e trabalhar das comunidades. É a partir daqui que a ligação entre o desenvolvimento e a Natureza se começa a fazer e se mostra que um não exclui o outro, mas se complementam e se servem reciprocamente. Citemos alguns exemplos:

» introdução de **fogões melhorados** que substituem as tradicionais “três pedras” que evitam perdas de energia, reduzem drasticamente o consumo de lenha, poupam a saúde das mulheres e diminuem o tempo de preparo dos alimentos. Como consequência, as mulheres passam a

ter mais tempo para outras atividades e mais saúde e a natureza passa a ter maior quantidade de árvores;

» a produção de **sal solar** (flor-de-sal) veio substituir a antiga forma de fabrico onde se recorria ao consumo de muita lenha. Com o novo sistema, a mulher deixou de percorrer longas distâncias para trazer lenha à cabeça, não passa as noites a “cozinhar” o sal, não sofre o castigo do calor do fogo, ganha muito tempo e vende um produto de melhor qualidade a um preço mais elevado. A natureza deixou de fornecer material lenhoso para o fabrico de sal.

» o melhor conhecimento, preparação e comercialização de **medicamentos naturais** da floresta, implicam que as comunidades locais preservem as suas “farmácias tradicionais”, as quais desaparecerão se não houver mais floresta.

» na periferia do Parque são agora as comunidades as grandes promotoras da **rearborização**, depois de terem constatado que o seu corte abusivo provocou o desaparecimento de animais selvagens e consequentemente o acesso à maior fonte de proteína da sua alimentação.

» a aposta na promoção da **pesca artesanal** dos rios é outra das soluções para a diminuição do consumo de animais selvagens e uma forma decisiva para a sua conservação.

» os agricultores-fruticultores são os maiores defensores da preservação dos **babuínos**, contra o seu abate indiscriminado por caçadores ilegais, por terem constatado que, com a sua diminuição, se confrontavam mais com as cobras venenosas nos seus pomares, uma vez que estes macacos são os principais predadores das cobras.

» uma maior comercialização e consumo de **produtos florestais não lenhosos**, especialmente de frutos, leva as comunidades a conferir-lhes mais importância, melhor preservação e contribuir para o seu repovoamento. Agradecem as pessoas e os animais selvagens, ambos seus grandes consumidores.

» valorizar os **locais sagrados**, místicos e históricos, pelos quais a população local tem um forte respeito e não permite a sua destruição.

Daí que o desenvolvimento não seja encarado como um adversário da Natureza, mas algo que a defende e que precisa dela para a continuar a servir, tendo como consequência que a população residente veja no Parque um instrumento que é seu e que contribui para a melhoria das suas condições de vida. Uma vez iniciada esta dinâmica, eles estão dispostos a continuá-la.

b) É fundamental que entre os atores principais, comunidades e ONG, se estabeleça uma relação muito forte e intensa de **confiança** pessoal, técnica e de seriedade quanto aos métodos praticados e objetivos perseguidos:

» as ONG e técnicos não podem comportar-se de forma pouco rigorosa que levem as comunidades a vê-los como de irrealistas que têm a obsessão da “defesa do meio ambiente” e que pretendem impor novas condições de utilização dos recursos locais sem perceber as razões que os levam a optar por elas.

» os técnicos não podem adotar o método de “paraquedista”, muito praticado por certos “especialistas” que frequentam Cantanhez e que fora do contexto de tudo e de todos, vão ouvindo uma frase aqui e outra ali, tiram as suas conclusões apressadas e tão rápido como chegaram, voltam a desaparecer, sem que a população tivesse compreendido o que por lá andaram a fazer e em que é que a sua presença lhes foi útil ou interessante. Daí que por vezes eles se questionem sobre os interesses escondidos na Mata de Cantanhez que só isso justifica a presença de tantos meninos vestidos de idiotas, comandados por um idiota vestido de menino.

» uma das formas de incrementar essa confiança é a de propor novas tecnologias ou soluções técnicas que sejam viáveis, tenham sucesso e sejam apropriadas por outros utilizadores. A partir daí, a população considera o técnico como responsável do seu êxito e passa a estar disposto a aventurar-se com ele, mesmo em domínios que ele não domine bem.

» por mais difícil que seja para os financiadores compreender que a população valoriza muito que a confiança se faça pela solidariedade nos momentos difíceis ou exaltantes que vivem, como sejam a fome, a doença de um notável, a morte de um líder, ou um casamento, uma festa tradicional marcante, um festival cultural ou um torneio desportivo, os quais permitem uma maior aproximação e aceitação de propostas cujos resultados e impactos imediatos sejam menos concretos e evidentes.

» esta confiança que se conquista ao longo do tempo, há-de se revelar no futuro uma mais-valia quando por qualquer motivo surjam divergências quanto a objetivos, métodos de trabalho ou percepções de prioridades. O que, noutras circunstâncias, poderia ser o rompimento do “casamento” acaba por ser um diferendo ultrapassável.

3. As comunidades no centro das decisões

O envolvimento das comunidades na gestão do Parque de Cantanhez foi um longo processo de aprendizagem, deles e nosso, em que evitámos sempre recorrer a ideias feitas, processos preconizados pelos financiadores, *clichés* que estavam na moda e métodos infalíveis que nos eram (e são) vendidos como a solução milagrosa para tudo e que tanto servem para a Guiné-Bissau, como para a Papua Nova Guiné.

Compreender que a lógica e a escala de valores de uma comunidade que luta pela sua subsistência é muito diferente de outra que tem o mercado como referência, é meio caminho andado para não apostar na elaboração de grandes programas detalhados, em planificações estratégicas e tentar optar pelo debate sobre a visão estratégica, cultivando a nossa capacidade de estar permanentemente atento às mudanças, às inovações saídas da base e ao surgimento de novas prioridades. De que serve detalhar um programa de 4 anos num país caracterizado pela instabilidade e por mudanças sucessivas de rumo, que vêm pôr em causa tudo o que foi previamente planificado.

Daí que, mais importante que cumprir burocraticamente programas estabelecidos, seja o de desenvolver o *feeling* de uns e outros para interpretar atempadamente os pequenos sinais de mudança que vão surgindo individual ou coletivamente. Um agricultor que começa a utilizar uma técnica diferente, deve ser considerado como um pesquisador que procura soluções a problemas técnicos, sociais, de falta de mão-de-obra com que ele se debate. Importa segui-lo e percebê-lo, para o tornar referência na comunidade em geral.

O *feeling* é, de facto, um instrumento de trabalho que importa desenvolver em cada técnico e líder comunitário, pois obriga a estar-se permanentemente atento, a desenvolver uma capacidade de observação da evolução e das mudanças na comunidade e do seu conhecimento.

Mais do que os estudos clássicos preliminares que se fazem para se conhecer a comunidade, os seus diferentes grupos étnicos e grupos sociais, é mais eficaz acompanhar e estudar como eles todos reagem, quando confrontados na prática com um determinado problema ou conflito. No primeiro caso, corre-se o risco de nos limitarmos a ter apenas uma percepção teórica, enquanto no segundo a nossa compreensão é realista, permitindo-nos tirar ilações para futuros casos similares.

Se as comunidades se organizaram durante séculos para gerir os seus programas e dispõem de estruturas e grupos que respondem muito bem aos seus problemas, já os desafios da modernidade em que a tabanca deixa de estar isolada para se inscrever numa dinâmica mais global em que o centro de decisões passa a ser a região, o país, ou o mundo, as soluções terão de ser novas e diferentes. É aí que as ONG têm um papel a desempenhar, casando a

sua visão e conhecimento global com uma percepção mais local das comunidades.

Um dos exemplos mais marcantes deste fenómeno foi o dos debates acerca dos efeitos na natureza da descida do deserto do Sahara. Se eles pareciam no início ser apenas uma figura de repertoria, passou a ser considerado uma verdadeira ameaça quando diferentes grupos da população de Cantanhez foram ao sul do Senegal ver e ouvir da boca dos seus colegas, as dificuldades que estão a passar em termos de acesso à água, a diminuição radical e brusca das chuvas, a perda de fertilidade dos solos, a arenização do coberto, o desaparecimento dos animais selvagens, a que sobreveio a pobreza e a fome.

Não foi difícil que os participantes, autoridades tradicionais, líderes comunitários e jovens de associações, passassem a ser eles os principais comunicadores nas tabancas e a caber-lhes um maior protagonismo na sensibilização para o combate às práticas negativas de gestão ambiental.

É através de pequenas ações pontuais em que as comunidades se envolvem, que elas vão ganhando, a pouco e pouco, uma intervenção mais efetiva e conseqüente no Parque, vão criando novas estruturas, novos mecanismos de funcionamento e finalmente, a aumentar o seu peso decisório nas opções de desenvolvimento.

Um dos aspetos mais delicados e difíceis de ultrapassar é o da justa resolução dos conflitos no seio da comunidade. Durante a vida do Parque, vão aparecendo diferentes tipos, desde os geracionais entre os mais velhos e os jovens, entre os habitantes locais e os estrangeiros, entre os caçadores tradicionais e os comerciais, entre pescadores residentes e os que estão de passagem, entre as autoridades tradicionais e as políticas, tanto locais com a nível central. Por vezes também surgem conflitos entre um ou outro destes grupos e a nossa ONG, uns por sentirem os seus interesses ameaçados e outros por não se sentirem suficientemente “apoiados” com meios de desenvolvimento.

Fruto dos tempos, os jovens querem começar a ter, mais cedo, um maior protagonismo que aquele que os velhos e notáveis lhes reservam por hábito. Os agricultores estrangeiros, depois de terem depauperado e esgotado os terrenos agrícolas nos seus países, fruto de más práticas agrícolas, ganham o hábito de atravessar a fronteira e utilizar temporariamente os solos, recorrendo a uma agricultura extensiva de derrube florestal, com conseqüências gravosas para a natureza. Cabe aos caçadores tradicionais a captura de animais selvagens para o seu consumo no seio das famílias do Parque, fazendo-o com regras e práticas preservativas das espécies. Já os caçadores comerciais, apenas são movidos por lógicas financeiras de lucro, podendo chegar a abater numa noite cerca de 50 babuínos. Também os pescadores assistem à invasão de outros vindos de países vizinhos e que, estando de passagem, não se

preocupam com os períodos de defeso das diferentes espécies, nem com a conservação das espécies ameaçadas, ou com as artes de pesca utilizadas (monofilamento).

Daí que um dos elementos da participação da comunidade seja a do papel dos guardas florestais comunitários, escolhidos pela população e que respondem diretamente aos chefes tradicionais da zona, que são encarregues de controlar e fazer cumprir os regulamentos aprovados para a gestão dos recursos ambientais.

4. Que ações desenvolver

O envolvimento das comunidades do Parque na decisão das escolhas das ações a desenvolver, releva de um conceito de democracia mais próximo das suas formas de vida do que dos conceitos modernos de democracia representativa e formal.

Um processo é tanto mais democrático quando conseguir que as comunidades se apropriem gradual e lentamente dos mecanismos e instâncias de decisão, em vez de as empurrar para um sistema baseado em eleições, votações e delegações de representatividade, regulamentos, etc..

Constatamos que o recurso a grande e frequente número de reuniões de decisão, em vez de promover a participação das comunidades, vai-as desmobilizando, criando desinteresse e provocando o surgimento de efeitos secundários perversos.

Surge então uma cultura de “super-mercado” onde os participantes interpretam este tipo de reuniões como locais para apresentar e vender listas com grande número de atividades, como se elas fossem uma ocasião de negociar a natureza.

Recorremos a este tipo de grandes reuniões quando há a necessidade de contrapor a força comunitária às imposições que vindas de fora do Parque, ou quando é preciso mostrar coesão social, responsabilização e entre-ajuda e pressionar o poder político para a melhoria das condições de comunicação na região, por exemplo.

A opção para a identificação das prioridades é feita com base numa presença e diálogo constante nas tabancas, especialmente as mais ativas, dinâmicas e organizadas, com os diferentes grupos sociais e profissionais, de preferência em momentos informais de diálogo sobre tudo e nada da sua vida e, com uma forte confiança que deve existir, os problemas e o tipo de ações a desencadear fluem de forma natural.

Também para as pessoas mais interessadas da comunidade, em especial as mulheres, este método é mais do seu agrado, pois permite-lhes não estar sob

pressão, muitas vezes dos homens que querem ver resolvidos em prioridade os seus problemas.

Definida a atividade a implementar, aí sim, são importantes a realização de pequenas reuniões, de curta duração, com uma agenda clara onde se proceda à responsabilização de cada grupo de intervenientes (desde as associações de base, ao grupo de mulheres, aos notáveis, líderes e chefes, passando pelo papel da ONG e seu engajamento).

Determinante é a existência de líderes comunitários, reconhecidos pela base e que pelo seu dinamismo, capacidade de sensibilização e persuasão, exemplo de trabalho, funcionem como animadores comunitários. Eles são um elo importante na identificação das atividades a desenvolver. A identificação destes líderes não se faz no princípio do processo, mas no decorrer dele, à medida em que forem sobressaindo as suas qualidades.

5. Metodologia de intervenção da AD

O primeiro princípio metodológico baseia-se no **envolvimento gradual** dos grupos-alvo e dos beneficiários na execução das atividades, a que se seguirá a sua implicação na programação, no monitoramento e na avaliação. Tudo isto por fases, à medida que os protagonistas forem adquirindo competências e saberes, sem nunca ter pressa em acelerar o ritmo de execução e acabar por “descolar” dos grupos envolvidos. Nunca a dinâmica queimará etapas, apenas com o objetivo de satisfazer os preconceitos clássicos de colocar os grupos-alvo a realizarem atividades para as quais ainda não estão preparados, em vez de apostar precisamente na sua preparação e capacitação. Daí que este princípio metodológico implique que se comece com as ações mais simples e com resultados imediatos, que entusiasmem e mobilizem os seus participantes, os quais vão participando e apropriando-se dos mecanismos de decisão e conceção, aprendendo e ganhando maturidade organizativa e, assim, assumindo as responsabilidades que inicialmente serão mais protagonizadas pelos técnicos da ONG.

O segundo princípio metodológico centra-se na necessidade de ter **grupos de lideranças pequenos**, dinâmicos e consequentes, de nada valendo pensar que ter direções pletóricas de pessoas é uma forma de fazer todos participar. A nossa prática demonstra que esse grupo grande se vai demitindo das suas responsabilidades, empurrando para os outros as suas próprias funções e atribuições e acabando por ficar reduzido à sua expressão mínima, com o inconveniente de se tornarem líderes descrentes e inconsequentes. Privilegia-se a criação de vários grupos de trabalho em função das atividades a desenvolver e em que os líderes irão sendo envolvidos pelo seu engajamento, capacidade de trabalho em grupo, mobilização dos recursos humanos e pragmatismo criativo na condução das atividades. Os quadros dirigentes da ONG terão a preocupação prioritária em fazer passar aos líderes de grupos,

uma cultura de que o mais importante é a produção de ideias e soluções originais e adaptadas em vez de se deixarem dominar pela necessidade de meios e consequente acesso a recursos financeiros.

O terceiro princípio metodológico é o de **começar pequeno** e evoluir gradualmente para um final com grande número de iniciativas simultâneas, coordenadas e reciprocamente potenciadoras. De nada serve começar a toda a velocidade, gerindo muitas iniciativas ao mesmo tempo para, em pouco tempo e sem a experiência dos quadros locais, se perder o rumo e cair no descrédito. Um aspeto importante deste processo é o de ter em conta que as reuniões de programação e decisão não se devem transformar em rituais penosos, repetitivos, longos e frequentes, onde tudo se decide para nada se realizar, acabando por afastar os mais jovens, desejosos de poder intervir e realizar ações de impacto. A descentralização dos grupos de trabalho favorece que os melhores sobressaiam mais, que tenham maior poder de iniciativa e que não fiquem amarrados a uma estrutura centralizada e pesada.

O quarto princípio metodológico é o de **envolver parceiros e elites**, nacionais e estrangeiras, que tenham um papel de relevo na produção de ideias e na criação de redes de organizações e pessoas que irão contribuir para a qualidade das iniciativas. Cada um deles será chamado a criar subgrupos por afinidades, por temas e por zonas geográficas. A nível externo, cada parceiro ou grupo de parceiros constituir-se-á em pólo de apoio para determinadas atividades, evitando duplicações e rivalidades inúteis. A nível interno, as pessoas e elites, agrupam-se para dar o seu melhor contributo, sentindo desde o início que o desafio é pôr à disposição os seus conhecimentos históricos e culturais e as suas capacidades de influência em toda a sociedade, local e nacional.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação interna e externa são praticados no sentido de reforçar a participação, envolvimento e apropriação dos diferentes grupos-alvo em todas as componentes da ação, permitindo que, a pouco e pouco, todos dominem as atividades, os objetivos e a organização das estruturas que se irão implantar.

As ideias e as experiências apresentadas neste texto, não passam de isso mesmo, não se pretendendo com elas fazer doutrina, escola ou dogma. Persequimos uma utopia, na certeza de que não a atingiremos, servindo-nos dela para aprendermos a caminhar, no sentido em que o poeta dizia:

“Não sei por onde vou, sei que não vou por aí”

Setembro de 2012